

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: A NECESSIDADE DESSA TEMÁTICA NA GRADE CURRICULAR PARA A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR

Werlly Douglas dos Santos Rodrigues¹

Francisca Rozângela Lopes de Sousa²

Mary Dayane Souza Silva³

Cinthia Moura Frade⁴

Anielly Firmino Soares⁵

RESUMO

A implementação da educação para a sustentabilidade nos currículos das instituições como instrumento que estimule os futuros administradores à reflexão e à ação acerca dos desafios da sustentabilidade, tem se mostrado uma tarefa bastante complexa nos mais diferentes campos de conhecimento. Isso se evidencia, particularmente, quando se pensa nas estruturas dos currículos tradicionais dos cursos de administração. Este artigo tem como objetivo identificar desafios para a integração da sustentabilidade no curso de Administração e como esse conhecimento influencia na trajetória profissional do aluno. A metodologia consiste numa pesquisa descritiva com abordagem qualitativa cujo levantamento de dados se deu a partir de entrevistas e envio de roteiros, os dados coletados foram provenientes de uma amostra não probabilística dos docentes do curso Administração da Universidade Estadual da Paraíba, localizada na cidade de Patos-PB. Os resultados mostram que os docentes reconhecem a necessidade das disciplinas sobre a temática como elementos centrais no processo para formação e desenvolvimento dos futuros gestores profissionais com responsabilidade socioambiental. Entretanto, a pesquisa indica um grande desafio para esses egressos. Nesse contexto, o desafio mostra-se muito maior do que apenas incorporar o conteúdo de sustentabilidade na formação de futuros administradores, como também entender como administradores comprometidos com a questão socioambiental podem efetiva inserção da sustentabilidade nas organizações.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Educação Ambiental. Ensino Superior. Administração.

¹ Graduado em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: werllyrodrigues@gmail.com

² Mestre em Sistemas Agroindustriais pela UFCG. E-mail: rhozadm@hotmail.com

³ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Administração pela UFPE. E-mail: m.dayane.silva@gmail.com

⁴ Mestranda em Gestão Pública e Cooperação Internacional pela UFPB. E-mail: admcinthiafrade@gmail.com

⁵ Gr aduada em Administração na Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: aniellyfs@gmail.com



ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SUSTAINABILITY IN HIGHER EDUCATION: THE NEED FOR THESE THEMES IN THE CURRICULUM GRID FOR THE TRAINING OF THE ADMINISTRATOR

ABSTRACT

The implementation of sustainability education in institutions' curricula as an instrument that encourages future managers to reflect and act on the challenges of sustainability has been a very complex task in the most different fields of knowledge. This is evidenced, particularly, when one thinks of the structures of the traditional curriculum of the courses of administration. This article aims to identify challenges for the integration of sustainability in the Administration and how this influences the professional trajectory of the student. The methodology used in the present work consists of a descriptive research with a qualitative approach, whose data collection was based on interviews and sending of questionnaires, the data collected came from a non-probabilistic sample of the teachers of the course Administration of the State University of Paraíba, located in the city of Patos-PB. The results show that teachers recognize the need for disciplines on the subject as central elements in the process of training and development of future professional administrators with social and environmental responsibilities. However, research indicates a major challenge for these graduates. In this context, the challenge is much greater than just incorporating sustainability content into the training of future managers, as well as understanding how managers committed to the socio-environmental issue can effectively insert sustainability into organizations.

Keywords: Sustainability. Environmental education. Higher education. Administration.

INTRODUÇÃO

Tem-se evidenciados cenários de degradação ambiental desenfreada causado por crescimento econômico insustentável, isso decorrente de crises políticas, intolerâncias religiosas, falta de ética nas organizações, entre tantos outros males da modernidade, tem levado indivíduos, pesquisadores, educadores, governos e organizações a crer que a educação para a sustentabilidade deve ocupar um lugar central na vida econômica e social das nações, pois tem sido considerado o processo de mudança que poderão modificar o futuro ambiental, social e econômico do planeta (MCNAMARA, 2010).

O curso de Administração é o responsável na formação dos futuros administradores, que iram liderar e gerenciar as organizações. Devido a isso as Instituições de Educação Superior (IES) ensinam aos alunos que o verdadeiro administrador é aquele que proporciona o crescimento do lucro da empresa, mantendo a empresa sempre competitiva em um ambiente com rápidas mudanças. Mas, quando se trata de questões inerentes à sustentabilidade, as IES parecem ter uma grande dificuldade em incorporar o tema em seus planos de ensino (CARVALHO, 2011).

Desse modo é necessário resguardar o meio ambiente, mantendo a competitividade e geração de lucro das empresas, partindo dessa premissa o governo federal vem incluindo ao longo de algumas décadas, a educação sustentável na agenda da educação no Brasil. Começou com a Constituição Federal de 1988, que no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino” (BRASIL, 1988, p. 25). Em 1999, a Lei nº 9.795, de 27 de abril daquele ano, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), com o objetivo de estabelecer a educação ambiental em todo território nacional e em todos os níveis de ensino. (FRANKENBERGER *et al.* 2017).

A ótica da educação ambiental e sustentabilidade pressupõe que a educação seja crítica e transformadora, participativa e que enfatiza uma abordagem holística e interdisciplinar para o desenvolvimento de habilidades necessárias para o futuro sustentável, que esse trabalho está situado. Assim, este estudo investiga de que maneira a implementação de disciplinas sobre educação ambiental e sustentabilidade na grade curricular pode influenciar na formação de administradores mais conscientes?

Partindo-se da problemática elegida para o estudo, o objetivo geral deste trabalho é compreender como as discussões sobre educação ambiental e sustentabilidade influenciam no processo de ensino aprendizagem para a formação de administradores mais conscientes. Os objetivos específicos consistem em: Compreender a percepção dos professores sobre o conceito de sustentabilidade e educação ambiental; discutir a importância com base na literatura como funciona educação ambiental e sustentabilidade no ensino superior; Sustentabilidade como ferramenta importante na grade curricular do curso de administração; Analisar a importância da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial para as realidades do ensino/aprendizagem nos cursos de administração.

A justificativa para este estudo consiste na responsabilidade que as universidades assumem no sentido de formar cidadãos conscientes e comprometidos também com o meio ambiente, ainda que de forma tímida como no ensino superior, é fundamental promover mudanças que envolvam e integrem pessoas e grupos nessa área principalmente entre os membros da comunidade acadêmica. Corroborando com Brandão *et al.* (2014), as universidades são espaços tanto de conhecimento e pesquisa quanto de ensino e, como reflexo de tudo isso, promover a transformação da sociedade através de desenvolvimento intelectual e da liberdade de pensamento. É sobretudo na universidade deve-se desempenhar exemplos de sustentabilidade nos âmbitos social, econômico e ambiental.

Este trabalho está dividido em: referencial teórico acerca da temática abordada, metodologia utilizada na pesquisa, análise e discussão dos resultados do estudo e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sustentabilidade e Educação Ambiental

Sustentabilidade contém várias definições, abrangendo diversas áreas, tais como sustentabilidade humana, social, ecológica e eco desenvolvimento. Os conceitos de desenvolvimento sustentável são discutidos há muito tempo, mas, passou a ser amplamente enfatizados no início dos anos 70, através de uma série de publicações que chamavam a atenção para a exploração desenfreada do meio ambiente e a relação com o desenvolvimento econômico (CARVALHO, 2011).

O desenvolvimento sustentável/sustentabilidade passou então a operar no campo ambiental como mais um em entre os diversos conceitos ativos. Apresentando-se como conceito de dimensões econômica, equitativa e ainda ecológica. Pode-se dizer que a dimensão social da sustentabilidade (ou da equidade) é baseada na ideia de que a evolução das sociedades deveria ser orientada por princípios mais justos e de igualdade entre todos os indivíduos. O que fosse produzido pelas sociedades deveria ser distribuído igualmente, garantindo melhorias substanciais nos direitos das massas populacionais, reduzindo distâncias constadas entre ricos e pobres (AMORIM e CUSTÓDIO, 2010).

No campo ambiental tratamos também sobre a educação ambiental. Só que a educação e o meio ambiente vinham sendo tratados em Leis, mas de forma isoladas, em leis como a 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e 5.197/1967 (BRASIL, 1967). Em 1981, com a Lei nº 6.938 (PNMA) Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), iniciou-se uma era na educação ambiental no Brasil, pois, o (artigo 2º, X) menciona que a educação ambiental seja amplamente atendida em todos os níveis de ensino. No Capítulo VI da Constituição Federal de 1988, o desenvolvimento sustentável foi abordado, quando menciona que a educação ambiental deve ser promovida em todos os níveis de ensino (BARBIERI, 2004). Se tornando assim partir de então um dever do Estado. (FRANKENBERGER, *et al.* 2017).

Desta forma, a educação ambiental é uma ramificação que teve sua base, por meio da sustentabilidade, para ser promovida nos indivíduos, governos e principalmente nas instituições, como por exemplo, as de Ensino Superior, já que possuem a "responsabilidade social no desenvolvimento da sociedade, especialmente na educação de futuros líderes e na proliferação do conhecimento público sobre sustentabilidade" (AMARAL, 2015, p. 156).

2.2 Educação Ambiental no Ensino Superior

De acordo com a Lei 9.795/99, Capítulo I, Artigo 2º, “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999). Entende-se que a Educação Ambiental deve ser promovida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, e inseridas em disciplina no currículo de ensino (FRANKENBERGER, *et al.* 2017).

Para Domingos (2011) a educação ambiental é como um instrumento de transformação social, a escola se torna um ambiente onde os alunos desenvolvem práticas sociais com o propósito de formar sujeitos com consciência local e planetária. Possibilitando uma melhoria nas relações do homem com a natureza, para que não sejam apenas relações técnicas, mas se tornem uma relação de respeito recíproco. Segundo Jacobi e Luzzi (2004) a escola tem papel fundamental, pois:

Convergem e dialogam quotidianamente as formas culturais mais variadas; setores sócio-econômicos, políticos, religiosos e raciais; é além disso onde as pessoas envolvidas na tarefa educativa, (alunos, docentes, pais, não docentes, funcionários) derrubam seus conflitos sociais, materiais e humanos, gerando as mais variadas condutas; determinando, em parte, a educação última que é construída nas aulas (JACOBI e LUZZI, 2004, p. 9).

Desta forma, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu a partir da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 (BRASIL, 2012), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Ao encontro desta, esta decisão, o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011/2020 estabeleceu pela Lei nº 13.005/2014 que a sustentabilidade Socioambiental deveria ser promovida pela Instituição de Ensino Superior - IES (BRASIL, 2014). Assim, encontra-se atualmente nas IES a sustentabilidade como parte integrante do ensino (FRANKENBERGER, *et al.* 2017). Ainda segundo esse autor, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é um documento nas IES que traduz as Diretrizes Curriculares Nacionais em políticas acadêmicas institucionais para os cursos.

É a partir dele que as Instituições de Ensino Superior determinam os “conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir de perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário, bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes”, dentre outros itens (BRASIL, 2015, p. 45).

Portanto, a educação ambiental precisa ser assegurada, implementando-se conteúdos e saberes nos cursos de licenciatura e bacharelado das instituições de Ensino Superior, como atividade curricular obrigatória, como também, e não menos importante ser ensinadas aos alunos (SECADI/MEC, 2007).

2.3 Sustentabilidade como ferramenta importante na grade curricular do curso de Administração

De acordo com Frankenger *et al.* (2017) no curso de Administração, a sustentabilidade é abordada a pouco tempo, não tendo um histórico de ensino sedimentado como estratégia, contabilidade, ou recursos humanos, por exemplo.

Assim, torna-se importante avaliar se as IES para que os alunos tenham conhecimento referentes aos conceitos sobre a sustentabilidade.

Devido a alguns desastres que aconteceram na década de 1970, a sustentabilidade começa a ter importância no ensino superior, e logo após a Conferência das Nações Unidas que foi realizada no Rio de Janeiro, foi ganhando mais força, isso devido ao MEC (Ministério da Educação) ter organizado um workshop para discutir a educação ambiental no ensino superior. O workshop trazia como temática “metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos, a fim de estabelecer um marco fundamental para implantar a educação ambiental no ensino superior” (BARBIERI, 2004, p. 926). Ávila (2014, p. 20) relata que “a partir desse momento, no caso da educação brasileira, foi proposta a inserção da sustentabilidade na formação do discente”.

Para Springett (2005), a inclusão das variáveis ambientais e sociais em propostas pedagógicas dos cursos de administração tornou-se um grande desafio. E quando os docentes tentaram preencher essa lacuna com conteúdos alternativos e práticas interdisciplinares, tiveram pouco sucesso, pois enfrentaram forte resistência a essa inovação, uma vez que os cursos são concebidos de forma a valorizar os critérios de negócios, onde o pensamento da dimensão socioambiental é tratado como uma ameaça à competitividade das empresas. Assim integrar a dimensão socioambiental se apresenta como uma ameaça aos ideais tradicionais dos negócios e da teoria administrativa.

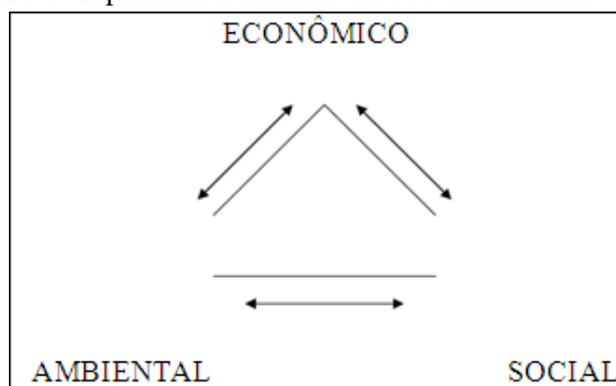
Para Amorim e Custódio (2010) as academias que oferecem os cursos de administração existe ausência de disciplinas, de professores, e principalmente uma visão sócio-ambiental, isso faz com que os discentes como futuros profissionais, possam articular uma visão ampla da necessidade de entendimento, participação e intervenção direta das empresas privadas no que trata das questões sócio-ambientais, isso porque não focam ou interpretam o equilíbrio dinâmico da sustentabilidade.

2.4 A importância da Sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial para as realidades do ensino/aprendizagem nos cursos de Administração

Para Amorim e Custódio (2010), os cursos de administração tendem a formar estudantes que desenvolvam habilidades de gestão, liderança e empreendedorismo. Para tanto, os discentes são convocados a desenvolver um olhar interdisciplinar em relação às organizações. Esta postura de uma visão global do administrador requer que estes sejam formados em dimensões técnica, humana, ética.

E que o ensino nos cursos de administração busquem os projetos pedagógicos que contemplam disciplinas que se preocupam com esta nova realidade da tríade associativa entre as dimensões, assim ensinando ao futuro administrador que é importante ter um equilíbrio entre o econômico, social e ambiental, e que esse tri pé seja a sustentação, para que seja preservado os recursos naturais, conforme a Figura 1.

Figura 1- Equilíbrio Dinâmico da Sustentabilidade



Fonte: Adaptado DIAS, 2006, p.41.

Desse modo, a importância da Responsabilidade Social no entendimento de Barbosa e Rabaça (2001) é o compromisso que a organização estabelece com a sociedade. E consegue equilibrar o ecossistema social que está inserido, não deixando de lado a ética em todas as frentes, equilibrando crescimento econômico, desenvolvimento social e ambiental. Demajorovic (2001) relata que os grandes acidentes industriais ocorridos na década de 1980, como Bhopal em 1984, Chernobyl em 1986 e Exxon-Valdes em 1989, mostraram que o discurso dominante da contribuição das empresas para o crescimento econômico, obrigando os representantes empresariais e teóricos da ciência administrativa a refletir sobre o comportamento das organizações e os impactos delas na sociedade.

Em consonância a isso Ferrell e Fraedrich (2000), diz que as empresas socialmente responsáveis são aquelas que buscam sempre maximizar os efeitos positivos e minimizar os negativos na sociedade em que atuam leva em consideração as dimensões legais, econômicas, filantrópicas e éticas. No que se trata de desdobramentos da responsabilidade social estes autores consideram que existem: dimensão legal (cumprimento de leis e regulamentos definidos pelo próprio governo ou por organismos nacionais e internacionais). Ou as dimensões éticas e filantrópicas (atuação que transcende o que é exigido por lei e as empresas que operam eticamente estariam pautadas no comportamento considerado íntegro e justo com a sociedade). Os valores éticos não são colocados em segundo plano.

E a dimensão econômica que se refere à perseguição dos lucros e o retorno aos investidores por parte da organização. Neste caso muitos consideram como socialmente responsável a geração de empregos para sustentar o crescimento econômico da organização.

Amorim e Custódio (2010) acrescentam que se os discentes do curso de administração tiverem acesso e forem formados em proximidade a este conteúdo, estarão sendo formados como cidadãos e profissionais conscientes, já que as empresas são as principais responsáveis pelo esgotamento dos recursos naturais, pois utilizam os insumos na produção de bens. Ou seja, como afirma Dias (2006), as empresas se utilizam da parte privada do meio ambiente, que na realidade é um recurso comum. Esta utilização, mesmo que seja realizada com o intuito de produzir bens que atendam aos desejos e necessidades das sociedades, causa o processo de escassez natural e conseqüente miséria e empobrecimento de camadas populares.

3 METODOLOGIA

A metodologia tem como pressupostos a compreensão do conhecimento crítico e dos caminhos do processo científico, que busca questionar acerca de seus limites e possibilidades; e o reconhecimento de que todo conhecimento social tem como fundamento, um compromisso com valores (MARTINS, 2004).

Visando alcançar os objetivos propostos, essa pesquisa se caracteriza como qualitativa essa abordagem proporciona uma investigação mais aprofundada nas questões relacionadas ao fenômeno em estudo, tem como característica mediar o máximo da valorização do contato direto com a situação estudada, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos (GIL, 1999). Quanto ao propósito da pesquisa, é do tipo descritiva, ou seja, aquela que busca observar e analisar características, atitudes ou opiniões manifestadas em uma determinada população, sem nenhuma interferência do pesquisador (GIL, 2008).

O universo da pesquisa ou público-alvo de uma pesquisa equivale à coleta de dados que possuem a informação procurada pelo pesquisador e sobre os quais devem ser feitas as conclusões (MALHOTRA, 2006).

Para a presente pesquisa, tomaram-se como população-alvo, os docentes do Curso Superior em Administração da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), na cidade de Patos-PB, que atualmente é composta por 24 (vinte e quatro) professores contratados e efetivos, dos quais 18 (dezoito) são contratados e 6 (seis) são efetivos, e apenas 07 participaram da pesquisa, o que apresenta uma limitação bastante significativa deste estudo.

O Instrumento para a realização deste estudo foi entrevista semiestruturada e composta por 05 (cinco) questões para informações sócio demográficas e 06 (seis) perguntas abertas que procuraram responder aos objetivos dessa pesquisa. Foi necessária a participação dos professores que lecionam diversas disciplinas, das mais variadas áreas do curso de administração.

Partindo desse pressuposto, as informações referentes aos objetivos da pesquisa e questionário para entrevista, estão apresentados no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Objetivo da pesquisa e questionário para entrevista

Objetivos Específicos	Questionamentos
Compreender a percepção dos professores sobre o conceito de sustentabilidade e educação ambiental;	O que é educação para sustentabilidade e educação ambiental para você? sustentabilidade?
Discutir a importância com base na literatura como funciona educação ambiental e sustentabilidade no ensino superior	De acordo com a Lei 9.795/99, “A educação ambiental deveria estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999). Na UEPB de acordo com a grade curricular a única disciplina que aborda um pouco sobre o tema é a de “Responsabilidade social e Ambiental” ofertada de forma opcional. Na sua opinião qual a necessidade de uma disciplina específica sobre essa temática no curso?
Sustentabilidade como ferramenta importante na grade curricular do curso de administração;	Como docente se sentiria preparado para trabalhar o tema da sustentabilidade na sua disciplina? Se não, o que você sugere que seja feito para preparar os professores para trabalhar este tema nas suas disciplinas?
Analisar a importância da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial para as realidades do ensino/aprendizagem nos cursos de administração.	<p>Caso você fosse orientado a inserir conteúdo sobre sustentabilidade em sua disciplina, como seria realizado? Quais metodologias de ensino aplicaria em sala? (Nesse caso, por que pode acontecer de algum professor nunca ter dado a disciplina)</p> <p>Para você como a implementação de disciplinas de educação ambiental e sustentáveis, na grade curricular do curso de Administração, contribuiria com a formação de bons administradores?</p> <p>Como você avalia a formação de Administradores preocupados com as questões sustentáveis?</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A entrevista foi realizada no período de 02/05/2018 à 10/05/2018 com 07 (sete) professores do curso de Administração e a quantidade de indivíduos se deu através da disponibilidade dos participantes. Onde 04 (quatro) entrevistas foram realizadas presencialmente, sendo gravadas as falas dos participantes. As demais 03 (três) se deram através do questionário enviado por e-mail, onde foi respondido e enviado de volta pelos professores. Foi utilizada para a gravação destas entrevistas a ferramenta de gravação áudios, na qual foi estabelecido um diálogo por meio de perguntas e respostas com vistas a alcançar os objetivos do presente estudo.

Os entrevistados não se identificam com nome e nem sobrenome, mantendo o anonimato e a ética da pesquisa, porém foi utilizado para a organização dos dados e da tabela a seguir o código de cada um, com P1, P2, P3... e assim sucessivamente, e para classificar as seis questões será usado Q1, Q2, Q3... Q6. Foram utilizados dados sócio demográficos, idade, gênero, grau de escolaridade, tempo como docente, disciplinas de atuação, a duração de cada entrevista tem um tempo médio de 9 (nove minutos). De modo que o Quadro 2, mostra de forma detalhada os dados referentes aos participantes das entrevistas.

Quadro 2 – Dados referentes aos participantes das entrevistas

Código	Idade	Gênero	Grau de Escolaridade	Tempo como Docente	Disciplinas de Atuação
P1	26	F	Especialização	1 ano 4 meses	Empreendedorismo; Gestão de Pessoas I e Gestão de Pessoas II.
P2	26	M	Mestrado	2 anos	Direito Administrativo e Direito Tributário.
P3	32	M	Especialização	5 anos	Marketing; Gestão Pública; Planejamento; Gestão Estratégica; Gestão de Pessoas e Teoria Geral da Administração.
P4	26	M	Especialização	1 ano e 6 meses	Gestão da Qualidade; Comportamento Organizacional; Introdução a Administração e Gestão da Produção.
P5	45	M	Especialização	10 anos	Fundamentos de Administração Pública; Políticas Públicas e Gestão de Processos.

P6	41	F	Doutorado	13 anos	Marketing, Logística; Qualidade; Responsabilidade Socioambiental; Planejamento Estratégico; Empreendedorismo.
P7	47	F	Mestrado	19 anos	Economia.

FONTE: Dados da pesquisa (2018).

Cada entrevista foi ouvida pelo menos duas vezes, a primeira vez com pausas consecutivas para a transcrição do conteúdo gravado e a segunda para conferência de tudo aquilo que foi digitado, totalizando 15 (quinze) páginas. Para a codificação e categorização dos resultados da pesquisa. A partir disso, foi utilizado o processo de exploração do material e feita a análise do conteúdo na qual, se desenvolveu uma redução do texto utilizado para a construção de um segundo documento, originando as informações dos quadros apresentados, posteriormente, editou-se outro documento onde foram separadas as principais falas dos participantes e comentários.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Significado de Educação para Sustentabilidade e Educação Ambiental para os docentes de Administração

Conforme o levantamento das entrevistas, pode-se perceber o quanto há dificuldade de se encontrar professores especializados nesse assunto, considerando o aspecto desta instituição de ensino, a questão não se resume a encontrar docentes que conheçam o tema ou que trabalhem com sustentabilidade mas sim encontrar professores doutores, pesquisadores, ou com trabalhos publicados na área. Ao medir o conhecimento dos entrevistados sobre a temática desse trabalho, foi identificado que todos os docentes do campus UEPB Patos-PB que participaram da entrevista, possuem níveis diferentes de entendimento sobre o que é educar para a sustentabilidade e educação ambiental, e que todos compreendem o sentido pelo menos básico desta temática, como pode ser observado em algumas das citações a baixo.

“Quando falamos de educação falamos de transformação, então educação para a sustentabilidade e justamente você trabalhar essa questão de como, ou quais os impactos ... fazer com que todo o processo, as decisões, as estratégias todas se voltem de maneira sustentável que não tragam grande repercussões, e grandes impactos para a comunidade...” (P3; Q1, p. 5).

“É interessante o termo educação para a sustentabilidade, é educar para a sustentabilidade, ou seja, para mim é ter um sistema de ensino que desenvolva na pessoa a consciência quanto a sustentabilidade, a ser sustentável, e no caso a educação ambiental traz o foco para um dos pilares da sustentabilidade que é a importância de estar bem com o meio ambiente...” (P4; Q1, p. 7).

“... O desenvolvimento sustentável e a educação ambiental não devem ser entendidos como moda ou apenas uma bandeira estendida da proteção. O que deve ser feito é entender o conceito de proteção ao meio ambiente...” (P6; Q1, p. 12).

Apesar do profissional docente demonstrar conhecimento sobre o assunto, a maioria ainda está longe do que considera-se ser ideal, e isso afeta ao aluno diretamente, pois, o professor tem o papel de mediador e aquele que transmite o conhecimento.

“... Educar para a sustentabilidade tem o papel do professor, o professor teria o um papel importante preparar ou trabalhar para desenvolver uma consciência nos alunos, não só preocupados com benefícios financeiros, mas também com os impactos ambientais, e principalmente sociais, a contribuição da empresa para o bem estar da sociedade, para promover ações de melhorias em seu contexto, seu ambiente...” (P4; Q1, p.7).

De acordo Compiani (2002) a interação professor-aluno em sala de aula e o papel do professor como mediador, implica na construção coletiva de conceitos, mostrando o quanto o professor é de suma importância nesse processo de aprendizagem do aluno.

4.2 Inserção da temática no Ensino Superior

De acordo com os entrevistados a necessidade de uma disciplina específica sobre essa temática no curso, mas, para maiores efeitos as temáticas deveriam ser aplicadas em outras disciplinas também.

“Acredito que, ter uma disciplina específica sobre o tema pode ser importante, agora claro muito mais importante e pôr em pauta o tema em cada disciplina...” (P4; Q2, p.8).

Por fim, os participantes do estudo entendem que a temática da sustentabilidade nos cursos de administração deve ocupar espaços mais significativos, seja por pressão do mercado, dos alunos ou pelo avanço dos estudos na área.

“Quando definimos uma disciplina, definimos um perfil do profissional, são conhecimentos, competências e habilidades a serem desenvolvidas, então se hoje isso é uma realidade exigida pelos consumidores, que são aqueles que todos os interesses são direcionados, então é um pré-requisito, logo é importante, e existe a necessidade de se trabalhar com uma disciplina que foque de maneira mais completa...” (P3; Q2, p. 6).

Quando questionados se estão preparados para lecionar disciplinas ou implementar dentro de suas disciplinas atividades voltadas para a temática, a maioria se impuseram que não, e talvez isso possa ser considerado uma das limitações e dificuldade de implementar tais temas na grade curricular do curso de administração. Porém, eles ressaltaram que estariam dispostos e abertos a essa possibilidade, contanto que pudesse se preparar antes.

“... Eu me sentiria aberta a trabalhar esse tema dentro da minha disciplina, só que é claro, é necessária uma preparação para estudar mais sobre o tema, para aprofundar ainda mais o conhecimento, talvez o conhecimento ainda seja limitado. Mas a partir do momento que eu estivesse que encarar ou colocar essa temática dentro daquilo que eu estou fazendo, iria me preparar para justamente lecionar.” (P1; Q3, p. 2).

“Como não é uma área de estudo meu, então é claro que eu preciso sempre me inteirar um pouco com aquilo que está sendo produzido, e aquilo que está sendo vivenciado pela sociedade, e instituições que defendem essa causa ambiental, e também com o conhecimento aplicado em cada área, em cada segmento voltado para a sustentabilidade, e voltado para as questões ambientais...” (P3; Q3, p. 6).

Para Carvalho (2011) esse é um problema decorrente por não existir um consenso do que é sustentabilidade ou de como operacionalizá-la. Há uma despreparo dos educadores em relação aos conhecimentos, habilidade e atitudes necessários para incorporar os princípios da sustentabilidade em seus cursos.

Todavia, dentre os entrevistados há professores que se consideram capazes de abordar os temas em suas disciplinas, já que estão familiarizados e tem contato com a temática ambiental desde o ensino básico.

“... Tenho condição de trabalhar na disciplina, porque a graduação eu trabalhei com educação ambiental durante a graduação nas condições jurídicas, e no mestrado trabalhei com ciências ambientais, então eu acho que veio daí a possibilidade...” (P2; Q3, p. 4).

Para trabalhar tais temas é necessário prática e capacitação, e para os entrevistados a melhor forma de capacitar os profissionais seria: fazer cursos a respeito; procurar o maior número de informações para se inteirar sobre; conduzir uma disciplina no âmbito dessa discussão e promover debates e mini cursos (oferecidos por profissionais especialistas).

Sterling (2004) defende que a complexidade e a magnitude da sustentabilidade requerem uma mudança sistemática das políticas e práticas educacionais. Carvalho (2011) complementa que para ser sustentável é fundamental a mudança nas atitudes e comportamentos de todos os indivíduos dentro das instituições de ensino superior, incluindo educadores, estudantes e corpo administrativo.

Sobre a metodologia para implementar tais disciplinas os docentes sugeriram vários métodos, que os mesmos consideram que seriam eficientes para o entendimento dos alunos, e que através desses métodos de teoria e prática eles não só adquiriria informações, mas aplicaria durante a vida pessoal e profissional. As sugestões teóricas seriam: recursos áudio visual (filmes e documentários) como também produções de documento, produzirem matérias sustentais no contexto da disciplina estudos de caso, dentre outras. E forma prática de exercitar esse conhecimento seria:

“... de repente conseguir alguma visita técnica que a galera pudesse verificar o local e tentar realmente perceber os pilares, o que tem ou o que não tem, de tudo aquilo, e principalmente não só pensar nisso... ver o que eles estão fazendo ou o que não estão fazendo em relação a sustentabilidade e pensar em ações, o que aquela empresa poderia fazer, claro que vendo o que ela tem de recurso atualmente, e ver o que pode fazer com os recursos que tem...” (P4; Q4, p.9).

O mesmo ainda afirma que, é interessante que os professores sejam confiantes, e não apenas expor o conteúdo, pois, de nada adiantaria pegar o tema sustentabilidade, e só ministrar todo o assunto sustentabilidade, porque isso não é educa para a sustentabilidade. Isso seria só transmitir informação, que pode ser esquecida depois.

Para Amboni *et al.* (2010), professores precisam ir além de suas disciplinas levar o indivíduo a aprender, analisar e tomar consciência do que sabe, o que se manifesta pela capacidade de refletir, dispor-se a mudar os próprios conceitos, buscar novas informações, substituir velhas verdades por teorias transitórias, adquirir os novos conhecimentos que vêm sendo requeri dos pelas alterações existentes no mundo, resultantes da rápida evolução das tecnologias da informação.

4.3 Os impactos na formação do administrador

A esse ponto do trabalho percebe-se a importância da educação para a sustentabilidade no ensino superior, como também em todos os cursos, inclusive de acordo com as leis apresentadas anteriormente. Mas na Administração, o ensino é ainda mais relevante, pelo menos por dois motivos. O primeiro é uma necessidade de o administrador “ter uma boa formação, que permita ampliar sua visão sobre a organização e sobre seu ambiente”, tendo em vista que o administrador é aquele que tomará decisões e definirá os caminhos das organizações (SALUME 2012, p. 1). É o que relata um dos professores quando questionado se as disciplinas de educação ambiental e sustentabilidade, na grade curricular do curso de Administração, contribuiria com a formação de bons administradores.

“... administradores mais conscientes, sobre seu contexto, conscientes com a importância que é o nosso mundo biológico, o nosso planeta, conscientes da importância das pessoas, a importância da sociedade, ... que ver o todo, não apenas o indivíduo, mas sua realidade, o seu bem, mas que se preocupa com outro, acredito que é “olhar para o outro”, seja um ponto, se preocupar com o meio ambiente que você tá inserido...” (P4; Q5, p.9).

O segundo motivo é em decorrência da utilização, direta ou indireta, por todo e qualquer tipo de organização, pública ou privada, dos recursos naturais, sociais e financeiros disponíveis (BARBIERI, 2004). O segundo motivo é descrito na resposta do P7, quando foi perguntado como ele (a) avaliaria a formação de Administradores preocupados com as questões sustentáveis.

“Em um cenário em que há incompatibilidade entre crescimento e racionalidade dos recursos naturais, cria-se uma grande contradição ecológica. Assim, se faz necessário a preocupação ambiental dos administradores que inclui uma série de atividades que devem ser orientadas para formular estratégias de administração do meio ambiente para assegurar que a empresa esteja de acordo com as leis ambientais, a questão social também é fundamental para as organizações porque diz respeito ao seu impacto no sistema social.” (P7; Q6, p.14).

Desta forma, o ensino das temáticas sustentáveis no curso de Administração é de extrema importância, já que o gestor deve conhecer de que forma ele pode contribuir para a sustentabilidade da empresa, tendo em vista os recursos disponíveis e garantindo que as próximas gerações tenham os mesmos recursos à disposição. (FRANKENBERGER *et al.* 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo discutir o significado de educação para a sustentabilidade e a educação ambiental no ensino superior e suas implicações para a formação de novos administradores. A intenção foi refletir sobre as opiniões dos docentes do curso de administração quanto à inserção da sustentabilidade na grade curricular do curso, e pôr em pauta se as alterações no curso sinalizam para uma mudança ou redirecionamento na formação do administrador.

Independente dos motivos que levam as instituições de ensino a adotarem o discurso de sustentabilidade, pode ser percebido que isso vem crescendo nos últimos tempos, uma parte disso é responsabilidade da pressão que vem da parte externa da sociedade, como por empresas e clientes que aumentam seus esforços sustentáveis em relação a seus produtos e serviços.

O restante vem da pressão interna dos docentes que estão direcionando suas pesquisas em sustentabilidade na área de gestão, e também com alunos que vem aumentando seus interesses em discussões dessa natureza.

Em relação aos aspectos positivos, nota-se que o curso tendo como base uma proposta de conteúdo de sustentabilidade ao longo de toda sua estrutura curricular pode-se desenvolver competências para a atuação deste profissional. Foram encontradas evidências nos depoimentos dos profissionais docentes participantes da entrevista. Mas, apesar dos pontos positivos o problema que surge dessa pesquisa é qual será o papel a ser desempenhado por esses futuros administradores. Como foi visto nesse trabalho, estudos apontam a dificuldade para formar administradores com competências para atuar no campo da sustentabilidade. Além de existe uma falta de interesse por parte da instituição de ensino superior em investigar e estudar como profissionais recém formados estão se saindo no mercado.

As principais limitações da pesquisa dizem respeito ao instrumento de coleta de dados, por se tratar de um questionário presencial, que exige um contato direto com os entrevistados, o tamanho da amostra é uma quantidade relativamente pequena de docentes, devido a disponibilidade dos mesmos, delimitando os resultados encontrados. Outro aspecto a ser melhorado seria um maior aprofundamento das informações dos conhecimentos dos alunos, de maneira minuciosa, de preferência confrontando com atuação deles no mercado depois da formação.

Como sugestão para futuras pesquisas, para compreender as discussões sobre o tema abordado recomenda-se ampliar o foco do estudo no ensino superior, tanto na graduação como também na pós-graduação. Indica-se também, a reaplicar questionários com públicos diferentes, de outras instituições e com outras características. Sugere-se também, a realização um novo instrumento de coleta de dados a ser aplicado de modo qualitativo, como a realização de grupos focais, a fim de compreender de forma mais detalhada o perfil dos profissionais que tiveram o contato com o tema na graduação. E por fim o uso de instrumentos que facilitarão a comparação com outras instituições a fim de demonstrar como vem evoluindo a educação para a sustentabilidade no ensino de administração das instituições brasileiras.

Dessa forma, o presente trabalho tem sua relevância na ampliação do entendimento sobre os temas sustentabilidade e educação ambiental no ensino superior, bem como a inserção da temática na grade curricular do curso de administração.

A contribuição prática deste trabalho está nos resultados desta, que apontam os pontos fortes e fracos a serem priorizados, beneficiando aos futuros administradores assim, fazendo com que os conhecimentos possam ser melhorados, e estejam em consonância às necessidades do mercado, contribuindo também para uma melhor prestação dos serviços.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. P.; MARTINS, N.; GOUVEIA, J.B. **Quest for a sustainable university: a review**. International Journal of Sustainability in Higher Education, v. 16, n. 2, p. 155- 172, 2015.

AMBONI, N.; ANDRADE, R. O. B.; LIMA, A. J.; MULLER, I. F. **Interdisciplinaridade e complexidade nos cursos de Administração**. In: ENCONTRO DA ANPAD, 4. 2010, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2010. 1 CD-ROM.

AMORIM, R. C. M.; CUSTÓDIO, L. S. **A necessidade de estruturação dos pressupostos da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial para as realidades do ensino/aprendizagem nos cursos de administração**. E-Civitas, v. 3, n. 1, 2010.

ÁVILA, L.V. A.; **Perspectiva da sustentabilidade no plano de desenvolvimento institucional: um estudo das instituições federais de ensino superior**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria.

BARBOSA, G; RABAÇA, C. A.; **Ética e credibilidade sob uma nova ótica. Valor Econômico**. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2001.

BARBIERI, J.C. **A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas**. RAP, 2004, v. 36, n. 6, p. 919-946.

BRANDÃO, M.S.; MALHEIROS, T.F.; LEME, P.C.S. **Indicadores de sustentabilidade para a gestão ambiental universitária: o caso da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo**. In: Ruscheinsky *et al.* (orgs) *Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades*. p. 62-82, 2014

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. **Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15197.htm>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre a Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 05 de mar. 2018.

BRASIL. Processo nº: 23001.000165/2007-51. **Dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10955-pcp014-12&Itemid=30192>. Acesso em: 06 de mar. 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE. **Por um plano nacional de educação (2011-2020) como Política de estado.** Anped. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Resolução nº 02/2012 – CNE/CP, de 15 de junho de 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 116, p.70-71, 18 jun. 2012.

CARVALHO, S.L.G. **Educação para a sustentabilidade em escolas de administração de empresas: a perspectiva de coordenadores acadêmicos no Brasil.** 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo.

COMPIANI, M.; **O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental.** Irineu Tamaio – São Paulo: Anneblumme: WWF, 2002.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa.** São Paulo: Senac, 2001.

DIAS, R.; **Gestão Ambiental.** São Paulo, Editora Atlas, 2006.

DOMINGOS, L. T. **A Visão Africana em relação à Natureza.** ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES–ANPUH- Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n. 9, 2011.

FRANKENBERGER, F.; AMARANTE, J.G.M.C.C.; VIEIRA, A.M.D.P. **Sustentabilidade no curso de administração: ensino é refletido no Enade? 2015-2017.** *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, v. 10, n. 2, 2017.

FERRELL, O.C; FRAEDRICH, L. **Bussiness ethics: etical decision making and cases.** Boston: Houghton Mifflin, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

JACOBI, P.; LUZZI, D. Educação e Meio Ambiente–um diálogo em ação. **Reunião Anual da ANPED–Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.** Caxambu-MG, 2004.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINS, H. H. T. S.; **Metodologia qualitativa de pesquisa - Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, 2004.

MCNAMARA, K. **Fostering sustainability in higher education: a mixedmethods study of transformative leadership and change strategies.** *Environmental Practice.* V.12 n.1, 2010.

SALUME, P. K.; BRAGA, J.O.; LATINI, F.H.; CHEQUER, K.M.; GONÇALVES, R. F.; RIBEIRO, D. Q. **O ENADE avalia o administrador de acordo com o perfil exigido pelo MEC? Uma análise sob a perspectiva da taxonomia de Bloom.** IN: XXXVI Encontro ANPAD. 36., 2012, Rio de Janeiro.

SPRINGETT, D. **Education for sustainability in the business studies curriculum: a call for critical agenda.** *Business Strategy and the environment*, n. 14, p. 146-159, 2005.

STERLING, S. Higher education, sustainability and the role of systemic learning. In: CORCORAN, P. B.: WALS, A. E. J. (eds). **Higher Education and Challenge of Sustainability: Proplematics Promise and Practice.** Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2004.